

Carvalho da Silva fala em “casino às escuras e com cartas viciadas”

No “Conversas Cruzadas” de ontem, Silva Peneda descreveu o acordo entre o Parlamento e o Conselho Europeu, sobre o mecanismo de resolução de falências bancárias, como “grande notícia dos últimos tempos”, mas Carvalho da Silva alude a um “mundo prisioneiro de riscos”, onde todos os dias “somos convidados a jogar num casino às escuras e com cartas viciadas”

» José Bastos



“A Alemanha cedeu claramente. Os bancos passam a ser todos iguais. Não há bancos de primeira e bancos de segunda. Não se pode ir aos cofres dos Estados para resolver os problemas da banca. Esta é uma questão fundamental”, afirma Silva Peneda, no “Conversas Cruzadas”, de ontem, na **Renascença**.

“Este passo para a união bancária é a grande notícia dos últimos tempos”, destaca o ex-ministro, depois do Parlamento Europeu e do Conselho Europeu terem chegado a acordo sobre o mecanismo de resolução de falência de bancos na União Europeia, ao fim de uma maratona negociada de 16 horas. O compromisso permitirá que sejam os accionistas dos bancos a pagar um eventual colapso.

“Até aqui havia uma contaminação. Esta crise teve muito a ver com isso. O poder financeiro fez asneiras e os Estados funcionavam como companhias de seguros. A partir de agora isto acabou na Europa. Os contribuintes ficam isolados dos problemas bancários. Isto vai dar uma confiança enorme”, nota Silva Peneda.

“O Conselho Europeu pretendia um processo de decisão para um problema de reestruturação de um banco com 28 ministros à volta de uma mesa, mais uma assembleia de 23. Tudo isso acabou. É um comité único a decidir. Mais uma vez, há um afastamento de interferência política e passa a haver critérios técnicos para decidir este tipo de questões”, sinaliza o presidente do Conselho Económico e Social.

“Finalmente, a Alemanha queria 10 anos para constituir o fundo de 55 mil milhões. Ficou reduzido para oito anos, mas com uma nuance muito importante: dois terços desse dinheiro tem de ser realizado nos primeiros três anos. Quem toma o processo de decisão dos problemas que possam surgir é o Banco Central Europeu (BCE), uma componente importante e nova do BCE que, até aqui, só tinha o poder de controlar a inflação” adianta ainda Silva Peneda, sobre o acordo que deverá ser ainda votado na próxima sessão plenária do Parlamento Europeu, em Abril.

O mecanismo de resolução agora aprovado é componente importante da união bancária, tal como o mecanismo de supervisão de bancos já assegurado a partir do final

do ano pelo BCE. No limite, o seu objectivo é evitar crises bancárias como as criadas pelo colapso do Lehman Brothers, nos Estados Unidos, Banco Dexia, na Bélgica, ou do BPN, em Portugal.

Manuel Carvalho da Silva ainda não aprofundou os detalhes da decisão, não escondendo, ainda assim, inquietações. “Parecem medidas positivas por alguns dos objectivos fundamentais enunciados. Mas acrescento duas notas muito curtas: de certeza que, a esta hora ou, melhor já antes, os grandes escritórios dos estrategas do sistema financeiro - e da organização daquilo a que gosto de chamar o ‘roubo legal’ - já estão a actuar” nota o sociólogo.

“Outra nota é a igualdade entre os bancos, mas quando será a aplicação? Até gostava que os banqueiros portugueses pusessem a nu o que é a diferença de tratamento entre os bancos nacionais e dos do centro da Europa, mas eles preferem sempre apertar o cinto ao povo a discutir esse tema”, refere. “Depois a prática do BCE. O BCE terá novas competências, mas então, depois, qual será a sua prática?” são interrogações do investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Silva Peneda insiste na transcendência do acordo alcançado entre os negociadores do Parlamento Europeu - chefiados por Elisa Ferreira (PS) - e o Conselho Europeu. “É um processo em que todos os problemas que existiam nos bancos deixam de afectar o cidadão comum. Porque os Estados, quando têm de intervir, é o cidadão comum que paga através de aumento dos impostos ou através de corte de salários dos funcionários públicos ou de pensões que foi o que aconteceu no nosso país. Esta decisão tomada no Parlamento Europeu é claramente uma visão que vai contra o que o Conselho Europeu queria. O Conselho cedeu em toda a linha” acrescenta.

“Foi um passinho pequenino, mas foi um passo decisivo que mostra que há um caminho. E de que no Parlamento Europeu há uma visão que é mais de acordo com a realidade concreta do necessário na Europa do que aquela que têm os chefes de Estado e os Primeiros-ministros à volta do Conselho” indica o ex-deputado europeu sobre o desfecho de um processo que valeu múltiplos elogios

a Elisa Ferreira.

“Elisa Ferreira demonstrou uma enorme competência, liderança e capacidade de fazer avançar as negociações” foi a frase do alemão Martin Schulz, presidente do Parlamento Europeu.

“Jogamos num Casino às escuras”

“Estamos num mundo prisioneiro de cada vez mais riscos, fruto de múltiplas contradições - e até de um estilo de vida insustentável de parte da população - mas, acima de tudo, por uma competitividade irracional e uma ganância incontrolada” afirma Carvalho da Silva projectando um olhar para vias de saída da crise.

“Eu diria que as pessoas são hoje todos os dias convidadas a jogar a sua vida num casino, sendo que o casino é colocado às escuras e as cartas são viciadas. Andamos aqui feitos malucos num país e numa Europa que está em guerra. A arma é o medo. O poder que manda usar a arma é o poder financeiro e vamos tendo uns governantes de serviço que se comportam como soldados mercenários a disparar a arma. É a isto que se chama sucesso” é a visão de Carvalho da Silva.

Angela Merkel voltou a sinalizar a sua preferência por uma “saída limpa” para Portugal do programa de resgate e avaliou positivamente o grau de recuperação da economia, num diagnóstico contrariado no “Conversas Cruzadas”.

“Há um falso sucesso. Em tempo de eleições europeias, há toda uma encenação que vamos pagar caro. Esta chamada ‘saída limpa’ não assenta em nenhum sucesso, mas num caminho que consiste em colocar os portugueses a viver cada vez mais sacrifícios e a fazer um pagamento à grega”, nota o ex-líder da CGTP

“Em 20 anos, os gregos vão ter de pagar por 130 mil milhões, a quantia total de 274 milhões de euros. São práticas de usurário quando sabemos que o BCE é sustentada por dinheiros públicos e que concede, ao sector financeiro privado, dinheiro, às vezes, abaixo de 1% e Portugal, mesmo com todo o sucesso de regresso aos mercados, paga taxas de juro de mais de 5%”, diz o professor universitário, que se refere, também, aos custos de Portugal com o serviço da dívida.

“A dívida obriga-nos a entregar entre 7 e 8 mil milhões de euros anuais para o seu serviço em juros. E isto não é sustentável para um país que continua a definhar e tem problemas sociais muito graves e preocupantes” nota.

“Nós estamos na emergência de um tempo novo, uma nova era, que é uma construção colectiva que não nos vem oferecida. E não se encontram saídas nos quadros dos valores, dos dogmas, das instituições que caminham para o colapso. É preciso uma reformulação”, refere Manuel Carvalho da Silva, um dos subscritores do Manifesto dos 70 que, esta semana, recebeu o apoio de mais 74 notáveis estrangeiros, das mais variadas correntes económicas, apesar das críticas considerando o documento “inoportuno”.

“Estamos com eleições europeias à porta. Então nas eleições europeias discutem-se os principais problemas - e soluções - ou ficamos a discutir enganos e mentiras? Esta é que é a questão de fundo. Como é que se pode dizer que o Manifesto é inoportuno?” contrapõe Carvalho da Silva.

“Zona Euro com convergência económica?”

“O Manifesto centra-se na questão da dívida. E, em ter-

de saber é qual é a posição do meu país face ao futuro da Zona Euro. Não sei, neste momento, qual é a posição de Portugal no seu todo. Que aliados o país tem?” indica José da Silva Peneda, mais que “a oportunidade”, questionando “a eficácia” do Manifesto dos 70.

“E se, politicamente, todos os 28 países, à volta da mesa, disserem ‘queremos ser uma convergência’. Então, que políticas económicas temos de colocar em prática para sermos uma zona de convergência?”, pergunta o ex-ministro

“Agora, este debate não está a ser feito. E não gostaria que este debate fosse reduzido à questão da dívida, porque o futuro da Zona Euro é muito mais importante e a dívida lá estará no meio”, sustenta o economista.

Carvalho da Silva concorda, mas insiste no debate. “Eu percebo o argumento de que não pode ser um só país a discutir esta questão da dívida. Mas alguém tem de começar a movimentar-se. Não há nenhum mal. Nem nós estamos a tomar posições que noutros sítios não se vão, também, discutindo. Fui nos últimos dois fins de semana a Madrid, onde se vão discutindo estas e outras questões complementares” exemplifica.

“Então se vamos para eleições e isto é uma construção política e não podemos entregar o projecto europeu aos mercados, ou estamos desgraçados, então há que discutir as instituições, os tratados, as implicações do tratado orçamental, as práticas, os milhares de burocratas que desenvolvem toda uma lógica deslocada da realidade. É tudo isto que está em discussão. Não é dizer que a questão da dívida está desligada de tudo o resto. Não é nada disto. Antes pelo contrário”, sublinha Carvalho da Silva.

“É de geografia o problema da Europa”

“Há fundações que estão a fazer vários estudos muito interessantes sobre vários modelos futuros sobre a Europa e Zona Euro. Que vão da posição tipicamente britânica de conservar como está, até posições intermédias e outras no sentido de maior federalismo. Eu não sei onde é que o meu país, formalmente, se encaixa. O que vai defender à volta dessa mesa?”, questiona Silva Peneda, no “Conversas Cruzadas”.

“Eu saberia o que devia defender nessa situação. Seria certamente caminhar para mecanismos de coordenação económica muito mais fortes no sentido de dar espaço para que a economia portuguesa pudesse atingir graus elevados de crescimento” indica o ex-ministro do Emprego.

Silva Peneda vai mais longe no diagnóstico: “Acho que o problema da Europa já não é um problema de ideologia, é de geografia. Se for à família socialista, os socialistas do sul da Europa têm um entendimento sobre as questões, os socialistas do norte têm outro entendimento. Se for à família do Partido Popular Europeu, constata a mesma coisa” nota.

“Os que são do norte da Europa têm uma visão diferente dos que são do sul. Os países do sul da Europa têm uma propensão para caminhar no sentido do federalismo. Os países do norte da Europa - para não falar da Grã-Bretanha - têm um entendimento totalmente diferente” sustenta Silva Peneda.

“Portanto, temos aqui um problema de fundo que não é um problema ideológico, mas é claramente geográfico. Há uma visão diferente dos caminhos de futuro para a Europa” conclui.